

Título – *Quem nos governa? A política na literatura para a infância*

Autores – Ângela Balça – Universidade de Évora

Paulo Costa – Universidade de Évora

Introdução: algumas reflexões sobre a relação entre política e literatura para a infância

As questões políticas são e estão omnipresentes na nossa sociedade e as crianças não são alheias a elas. Quer seja através de conversas, quer seja pelos meios de comunicação social, as crianças tomam contacto com a realidade política dos seus países e do mundo. Muitos projetos educativos assumem-se como alicerçados em valores como a democracia, a cidadania, a liberdade de expressão, procurando formar e educar as crianças para realidades onde cada vez mais é imperativo resistir e lutar contra tentações autoritárias, totalitárias, pouco respeitadoras dos Direitos do Homem.

A atualidade tem sido marcada por várias reflexões de intelectuais e filósofos que se questionam sobre o rumo da política e dos políticos, num mundo marcado pelo ódio e pelo enorme desafio da aceitação do Outro. Numa conversa entre António Lobo Antunes e George Steiner, publicada em 2011 na revista *Ler. Livros & Leitores*, este último afirmava – “Os nossos melhores alunos não vão para a política. A política tornou-se o refúgio dos medíocres.” (p. 47). É ainda nesta conversa que George Steiner confia – “Parece-me que, hoje, o nosso maior crime é o de não deixarmos muita esperança aos jovens. Que lhes deixamos neste momento como visão, como perspectiva de futuro?” (p. 46).

A reflexão sobre a relevância de se aproximar da política aqueles que, pela sua idade, não acedem ainda diretamente, à participação democrática não deixa, num entendimento abrangente desta problemática, de radicar na necessidade de aproximação a dicotomias como bem e mal, verdade e mentira, justiça e injustiça, utopia e distopia. Será, em grande medida, a aproximação aos valores, a preocupação com as coordenadas que permitirão a navegação nesse mar exigente da grande aventura axiológica que a vida, nomeadamente a vida em sociedade, é. Considerando a neutralidade axiológica do discurso como uma falácia ou uma impossibilidade (Patrício, 1996), e considerando que o “currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos [mas] produto das

tensões, conflitos e compromissos culturais, políticos e económicos que organizam e desorganizam um povo” (Apple, 1999, p. 51), importará que possam os mais novos, jovens em idade escolar, compreender a natureza e o âmbito da ação política, da forma como a política emerge e funciona, seja nos seus princípios, seja nas suas implicações, na diacronia ou na contemporaneidade. O carácter absoluto do valor, a (im) possibilidade da sua relativização, é igualmente uma questão que, desde a Antiguidade, é discutida. Em *A República*, ao refletir-se sobre o apreço devido à verdade, conclui-se que “se a alguém compete mentir, é aos chefes da cidade, por causa dos inimigos ou dos cidadãos, para benefício da cidade; todas as restantes pessoas não devem provar deste recurso.” (Platão, 1987, p. 108). Perante o valor absoluto do que é verdadeiro, aos chefes, aos que governam, aos políticos pode ser reservado um entendimento da verdade, relativizado à luz do bem comum, do interesse dos cidadãos. Na anteriormente mencionada conversa entre George Steiner e António Lobo Antunes, a abordagem da justiça na política e o questionamento sobre a possibilidade de se vir a caminhar no sentido de tornar a política mais justa leva Steiner a afirmar que “Para isso, ninguém, nem Platão, tem resposta.” (p. 40)

A política, o campo da política, tal como Brand (2014) o descreve, poderia ser delimitado como o cenário no qual se afrontam indivíduos e grupos na competição pelo exercício do poder, materializado no controle do Estado, de coletividades cuja abrangência pode ir do local ao internacional. A recusa ou a incapacidade de efetuar juízos de valor sobre as questões de natureza política e, num plano mais abrangente, o facto de alguém não se reconhecer numa leitura politizada da sociedade, nem nas implicações de tal leitura, conduziram ao apoliticismo (Nay, 2014). Entre a análise do politólogo, o carácter científico da sua leitura, e a atitude apolítica, nesse intervalo flutua a responsabilidade do cidadão comum.

Parece-nos legítimo que, perante a pertinência de possibilitar aos mais novos o acesso a esta dimensão da vida social, se possa fazê-lo mediante o contacto com textos que assumiríamos como literários ou na esfera do literário: “Few areas more clearly demonstrate the heuristic efficacy of relational thinking than that of art and literature.” (Bourdieu, 1993, p.29) Numa era dominada pela globalização e pelos múltiplos discursos de conformação sobre a globalização, é importante considerar que “transformations in literacy practices can serve as markers for the specificities and differences that occur in

different contexts undergoing the multiple (not singular) effects of globalizing processes and dynamics.” (Collins & Apple, 2010, p. 26). No contexto atual, como em outros momentos da História, não podemos contornar uma crescente tensão entre o global e o local, entre a securizante realidade conhecida e a assustadora realidade desconhecida, entre a integração e a exclusão. Uma das faces visíveis destas tensões será a emergência de nacionalismos e de outras manifestações que a ignorância e ausência de espírito crítico tenderão a potenciar. Julgamos assim relevante, especialmente porque estes jovens estão em idade escolar, que a educação e, de modo particular, a escola sejam concebidas como lugar de formação integral de cidadãos preparados para participar na construção de um projeto social axiologicamente suportado. Neste âmbito, é importante também considerarmos que

In all modern societies the school is a crucial device for writing and rewriting national consciousness, and national consciousness is constructed out of myths of origin, achievements and destiny. [...] Essentially national consciousness transforms a common biology into a cultural specific in such a way that the specific cultural consciousness comes to have a force of a unique biology. [...] There are ranges of school practices, rituals, celebrations and emblems which work to this effect [...]. (Bernstein, 2000, p. xxiii)

A literatura para a infância em Portugal tem um conjunto de autores que desde sempre se preocuparam com a aproximação dos valores políticos aos mais novos. A título de mero exemplo citamos José Jorge Letria, Luísa Ducla Soares ou António Torrado. Nas suas obras, através do humor, da ironia, da crítica e mesmo do *non-sense*, estes autores deixaram sempre para os jovens o apelo aos valores democráticos e a condenação de práticas despóticas. O caso particular da obra, datada de 2009, *O meu livro de política*, da autoria do Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa entre 1996 e 2006, com ilustrações de Tiago Albuquerque, é particularmente significativo, uma vez que o autor do texto procura, na ‘Apresentação’, inscrever a obra na esfera da literatura de potencial receção infantil e juvenil. Fá-lo expressamente, ao afirmar que, por um lado, a consecução deste projeto obrigou ao exercício de escrever para uma faixa etária assumida como pouco familiar para o autor; por outro lado, assume-se o equilíbrio entre um cunho autobiográfico “mas mantendo a liberdade que a ficção proporciona.” (Sampaio & Albuquerque, 2009, p. 6) É notório, nesta obra, o recurso a um dos critérios mais comumente aceites no plano da legitimação de um texto como literário, a

dicotomia factual/ficcional, o franquear da fronteira da realidade, acedendo ao plano da ficção. Assim, reitera-se de forma inequívoca a intenção de escrever “um pequeno «conto falado» sobre a política, declinado no modo autobiográfico, num estilo coloquial, destinado a jovens dos 8 aos 14 anos.” (p. 6) Ainda que se possa entender que a construção deste tipo de texto parte sempre de uma insistência sobre uma dimensão de instrumentalização do texto literário, neste caso é assumida, de forma explícita, a intenção de voltar a despertar o interesse dos destinatários da obra – que são também os pais – pela política, pela coisa pública, pela participação, um propósito de ‘pedagogia democrática’:

Porque o fiz? Por dever cívico. Porque quis partilhar com os mais novos uma experiência de vida – a minha – toda dedicada à causa pública; porque lhes quis transmitir uma convicção – a de que a política vale a pena; e, por último, porque os quis despertar para a cidadania, que é onde tudo começa (p.6).

Não há qualquer dúvida de que se pretende chamar a esta causa todos, de todas as idades, aumentando a participação, mesmo quando está, como refere José Saramago (2004), nas palavras inaugurais de *Ensaio sobre a Lucidez*, “Mau tempo para votar”. (p.11) A obra de Jorge Sampaio transporta-nos para a essência da literatura para a infância, uma matriz literária que pode apresentar às crianças diversos mundos possíveis, onde se pode questionar determinadas práticas e certos valores, mas também mostrar caminhos exequíveis e alternativos na construção de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais responsável, mais participada pelos cidadãos, pois como afirma Peter Hollindale (1988) “a large part of any books is written not by it’s author, but by the world it’s author lives in.”(p. 23).

Tal como refere Azevedo (2011), os textos de literatura para a infância,

interrogando práticas, propondo vias alternativas e estabelecendo, por vezes, um dissido com determinadas situações do mundo empírico e histórico-factual, mostram-se também como potencialmente emancipadores, na acepção em que estimulam a reflexão crítica para as realidades que denunciam no seu conformismo. Nesta forma de acção, eles concretizam explicitamente um determinado potencial perlocutório.” (p. 96)

A política na literatura para a infância: dois casos exemplares

Neste breve estudo procuramos centrar-nos em dois de textos de literatura para a infância que apresentam aos seus potenciais leitores aspetos que nos remetem para as questões políticas. Estes aspetos estão plasmados na ação mas também podem ser pressentidos ao nível das personagens, do espaço ou de tempo.

Os textos abordados neste estudo são “História do Reino Pintalgado”, inserido na coletânea assinada por António Torrado e Maria Alberta Menéres sobre os desenhos de Amadeo de Souza-Cardoso; e *A ilha*, de João Gomes Abreu e Yara Kono. A nossa escolha recaiu sobre estes textos uma vez que eles vão permitir-nos perceber a constância da temática dos valores políticos, ao longo do tempo, na literatura para a infância. De facto, encontramos-nos perante obras que distam temporalmente mais de um quarto de século; os seus autores pertencem a gerações completamente diferentes que por isso mesmo vivenciaram distintos episódios da história de Portugal; e, em termos de produção literária, estamos perante autores consagrados e um autor que publicou o seu primeiro livro. Porém, apesar destes fatores, notamos a persistência e a perenidade da preocupação de aproximar às crianças e aos jovens as questões de carácter político.

A obra *Histórias em Ponto de Contar*, na qual se insere a narrativa “História do Reino Pintalgado” foi publicada pela primeira vez em 1984, pela Editorial Comunicação. António Torrado e Maria Alberta Menéres eram já à época escritores reconhecidos de literatura para a infância, reconhecimento esse visível não só pelo conjunto da obra publicada como também pelos prémios recebidos.

António Torrado tinha começado a publicar a sua obra para crianças ainda antes da Revolução de 25 de abril de 1974, tocando já na época as questões políticas, mesmo vigorando o regime de censura. Obra emblemática desse período é *O veado florido* editado pela primeira vez em 1972, pela Editorial O Século, com magníficas ilustrações, ainda que inacabadas, de Leonor Praça. António Torrado tinha recebido em 1980 o “Prémio de Livros para Crianças da Fundação Calouste Gulbenkian”, com a sua obra *Como se faz cor de laranja*.

Maria Alberta Menéres tinha começado a publicar para crianças também já muito antes da Revolução de 25 de abril de 1974, destacando-se as obras *Figuras, Figuronas* (1969) ou *Ulisses* (1970). A autora tinha sido galardoada com o “Prémio O Ambiente na

Literatura Infantil”, em 1983, com a obra, assinada em conjunto com Carlos Correia, *O sétimo descarrilamento*.

Na coletânea *Histórias em Ponto de Contar*, os dois autores

sugestionados pelos desenhos de um jovem pintor (Souza-Cardoso teria pouco mais de 20 anos quando executou os desenhos do álbum *XX Dessins...*), decidiram inspirar-se nas histórias subentendidas, que os desenhos anunciam, e pô-las em papel, ao lado dos motivos plásticos desencadeadores da aventura.” (p. 5-6).

Amadeo de Souza-Cardoso (1887-1918) foi um dos maiores pintores portugueses do início do século XX. Na obra *Histórias em Ponto de Contar* estão presentes 20 gravuras, incluídas no álbum *XX Dessins par Amadeo de Souza-Cardoso*, publicado em Paris, em 1912, do qual o Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, em 1983, fez uma edição especial.

Para o estudo em apreço socorremo-nos da 2.^a edição da coletânea *Histórias em Ponto de Contar*, publicada em 2009, pela Editora Assírio & Alvim.

A obra *A ilha*, publicada no ano de 2012, assinada por João Gomes de Abreu e ilustrada por Yara Kono, recebeu uma Menção Honrosa na Feira do Livro Infantil de Bolonha de 2013. Esta obra foi editada pela Planeta Tangerina, uma editora portuguesa que na referida feira ganhou o prémio de melhor editora da Europa na área da literatura para a infância e a juventude. *A ilha* é a primeira obra de João Gomes de Abreu e nela somos tentados a ver o percurso de determinados territórios portugueses da atualidade, se levarmos em linha de conta aspetos biográficos do autor. Yara Kono é uma premiada ilustradora brasileira que integra a Editora Planeta Tangerina desde 2004.

Histórias em Ponto de Contar é uma obra rica em paratextos de carácter informativo e explicativo. Os paratextos que consideramos explicativos (texto da contracapa que se configura como um excerto de um texto mais longo, colocado no início da obra e intitulado “À maneira de apresentação”) procuram levar os jovens leitores a entender as numerosas abordagens interpretativas consentidas pelos soberbos desenhos de Amadeo de Souza-Cardoso. Neste sentido, António Torrado e Maria Alberta Menéres são considerados como mais uns desses leitores, com as suas hipóteses interpretativas sobre os desenhos de Amadeo, afinal o cerne desta obra,

O que escreveram não pretende legendar os desenhos ou copiá-los para outro registo de comunicação. Cada gravura deste singular conjunto, antes de qualquer abordagem interpretativa, é como que uma cortina que abre para

uma ou várias narrativas. À instabilidade da imaginação a responsabilidade pelo desvelar das hipóteses e pelas opções tomadas, múltiplas sempre, embora, neste caso, sequenciadas, por forma a poderem corresponder a vários níveis de leitura ou de leitores. (p. 6)

Os contos inseridos em *Histórias em Ponto de Contar* configuram-se eles próprios também como sendo objetos que permitem diversos níveis de leitura e/ou de leitores, dada a suposta dificuldade em visualizar os potenciais recetores da obra,

No entanto, o livro que criaram, na estimulante companhia dos desenhos de Amadeo, hesita sobre a faixa de leitores a que se destina. Tanto será para crianças, como não, mas sobretudo será para aquele espaço de intercepção onde crianças e adultos, cúmplices, partilham do mesmo contar. (p.6-7)

E, deste modo, entramos na estrutura da obra, complexa, com dois níveis distintos, assinalados graficamente. Num nível, surge-nos, com letra em itálico, uma *voz off*, composta pelo diálogo entre mãe e filha, que “Anunciam uma plataforma serena de convívio adulto/criança, um patamar de entendimento que livros como este procuram preencher.” (p. 7), que nos guia na leitura desta obra. Num outro nível estão as narrativas que compõem este livro.

Neste estudo, pretendemos centrar-nos então numa destas narrativas, “História do Reino Pintalgado”. Graficamente, esta narrativa alterna com vários desenhos de Amadeo. Junto de cada desenho encontra-se um número e uma frase da narrativa que funciona como uma legenda para o desenho; este número encontra-se também junto da respetiva frase no próprio corpo do conto.

“História do Reino Pintalgado” encerra uma belíssima metáfora do mundo em que vivemos, marcado por grandes contradições e governado, demasiadas vezes, de forma errante e pouco perspetivada, pelos políticos atuais. Nesta história surge-nos, de modo dualista, um tempo passado, onde o mundo era todo liso “Para cada coisa, sua cor, sem as manchas, sem as malhas das cores misturadas.”(p. 15) e um tempo presente, onde “o mundo ia ficando todo como o nosso bordado: com pontos e pontinhos, pintas e pintinhas, manchas e manchinhas...- tão diferente do mundo liso do princípio desta história.”(p.27).

Interessante esta dicotomia entre o mundo liso e o mundo das cores misturadas, numa alusão, parece-nos, às questões político-multiculturais, nada pacíficas e sempre a exigirem, desde as idades mais precoces, um trabalho de aproximação e de

apropriação, proporcionado pela literatura para a infância. Quando as pintas e as manchas se começaram a espalhar pelo reino, o rei “mandou construir uma enorme muralha à roda de todo o país”, “impediu os súbditos de viajarem para diferentes terras” e proibiu os estrangeiros de circularem no reino” (p. 21). Estas reais decisões foram de imediato aprovadas e aplaudidas pelos outros monarcas, que “não queriam contágios”.

Ora as questões políticas evidenciam-se em toda a narrativa, não só por este fechamento dos reinos uns aos outros “Fechado por dentro e por fora, o reino sarapintado lá ia vivendo sarapintadamente.” (p. 21), mas também pelas atitudes despóticas dos monarcas protagonistas. Reinando sobre um mundo liso, primeiro o rei e depois a rainha descobrem e enfeitam-se com salpicos de tinta. Rapidamente, a rainha começou a permitir que alguns animais e pessoas fossem dignos de ficar pintalgados e outros não, sendo os sarapintados “os seus favoritos”, os “encantos da rainha”, ficando o reino “dividido entre os já sarapintados e os que também queriam ser sarapintados.” (p. 19).

Porém, como em todos os regimes autoritários, aqueles que anseiam pela liberdade e pela igualdade acabam sempre por encontrar uma forma de fazer ouvir a sua voz. E neste reino, “a arca não foi bem resguardada”, permitindo que “um pajem do rei” ou “um valido da rainha” fossem “surripiando mãos-cheias muito cheias de pintinhas”, ficando “o reino pintalgado de pessoas sardentas e bichinhos pintalgados” (p. 19). Na verdade, os privilegiados foram progressivamente perdendo essas benesses, por ação encoberta daqueles que sentiam ter e queriam usufruir de direitos iguais.

Todavia, as atitudes prepotentes do rei permanecem, ao fechar o reino ao mundo exterior. De novo, a resistência ao totalitarismo se faz sentir através de animais e pessoas que passam clandestinamente a muralha, tornando de forma progressiva todo o mundo num mundo pintalgado. Surpreendente, ou quem sabe não tanto, é a atitude errante dos monarcas que “disfarçados e não obedecendo às suas próprias ordens” (p. 23), acabam também eles próprios por passar furtivamente o cerco das muralhas.

Esta magnífica história encerra e ilumina, deste modo, as contradições, decisões erráticas, falta de perspetiva que caracteriza, demasiadas vezes, o mundo político, numa denúncia marcada pela voz daqueles que não abdicam dos valores democráticos.

A obra *A ilha* é um álbum narrativo, profusamente ilustrado, de capa dura que se apresenta como um díptico, onde marca presença um enorme barco, elemento desencadeador da intriga. De geometrias simples e cores quentes, predominam nas ilustrações os castanhos e os vermelhos, símbolos da terra e da vida que, como veremos, apesar dos vários desmandos, acabarão por prevalecer. A ilha é iluminada nas ilustrações com pormenor – nela podemos descortinar a cidade, com as suas casas e as suas gentes; a montanha e a floresta com as suas árvores; a praia e o cais onde múltiplos barcos prenunciam uma intensa atividade e onde “um dia” aporta “um grande barco”.

Na contracapa desta obra surge uma sinopse da mesma que convida os leitores mais novos a entrar dentro desta história, uma vez que o texto da sinopse revela algum *suspense*, potenciado no fim com uma interrogação retórica “O que sobrar no fim?”, tendo em vista que, para se construir a ponte, “(...) será preciso toda a pedra das montanhas, toda a madeira das florestas, toda a areia das praias...”(Contracapa). Este *suspense* fomentará certamente o levantamento de múltiplas hipóteses interpretativas por parte das crianças.

A ilha é uma magnífica metáfora dos tempos atuais, oferecendo-nos uma visão sobre os políticos e seus acólitos e sobre o povo, que estes supostamente governam. Esta obra encerra um grito de alerta sobre o supérfluo, sobre as decisões tomadas sem uma reflexão devida e aprofundada, sobre um povo ignorante, amorfo, que não pensa, não questiona e segue acriticamente as deliberações da elite dirigente.

A história passa-se numa ilha, numa “ilha normal”, onde certo dia aporta um barco vindo do continente, com habitantes do continente, os “continentais”. Ilhéus e continentais diferem apenas na aparência - “Os continentais eram parecidos com os ilhéus, mas ligeiramente diferentes. As roupas não eram bem iguais, os penteados não eram bem iguais e a maneira de falar não era bem igual.”. Ao longo deste conto vamos constatar como o reino da aparência se sobrepõe ao reino da essência, e como o reino da aparência vai acabar por condicionar e alterar a vida dos habitantes da ilha, “os ilhéus”.

Após a visita dos continentais, os ilhéus ficaram deslumbrados e, dado que “ser continental é que era bom”, passaram a ter um único desejo – “serem também eles continentais”. Este forte desejo e convicção foram comunicados ao ministro, começando assim uma deriva, quase suicida, na perseguição deste desiderato.

Num tom gradativo e ascendente, a narrativa mostra-nos como os ilhéus começam a construir a ponte, que os ligará ao continente, destruindo em simultâneo a sua própria ilha. Este caminho é apoiado por um ministro irresponsável, que não pensa no bem e no futuro do povo que governa, mas apenas na sua própria imagem “Afinal de contas, ficaria para a história como o ministro que fez dos ilhéus continentais.” e na forma/data para a inauguração da ponte, “Àquele ritmo, a ponte estaria pronta ainda antes do ano novo, e a inauguração poderia ser feita durante a passagem do ano com um grande fogo de artifício.”; este caminho é ainda suportado num engenheiro completamente incompetente, que com decisões precipitadas e pouco fundamentadas vai contribuindo para o desaparecimento da ilha “Pedra atrás de pedra, a nova ponte foi aparecendo e, pedra atrás de pedra, a montanha foi desaparecendo.”.

Este conto, insólito e desconcertante, que deixa o leitor em crescente sobressalto, termina de forma perturbadora, porque nele vemos o espelho da realidade atual. Depois de terem destruído a sua ilha e o pontão que ligava a ponte ao continente, aos ilhéus não restou outra solução - “tiveram de ficar a viver na ponte”. Quanto ao ministro, nada mais pensou ou fez, a não ser a prometida inauguração da ponte, com pompa e circunstância. Esta dialética entre a esperança, a promessa de concretização de um determinado projeto de sociedade, e o medo da impossibilidade ou incapacidade para a realizar é, de facto, um processo no qual os mais novos devem participar. Abre-se, com as palavras de Steiner (2002), uma janela de entendimento desta problemática:

Hope and fear are supreme fictions empowered by syntax. They are as indivisible from each other as they are from grammar. Hope encloses a fear of unfulfilment. Fear has in it a mustard seed of hope, the intimation of overcoming. (p. 4)

Considerações finais

A literatura para a infância encerra, para além de uma função lúdica e de uma função estética, uma função formativa. Através desta matriz literária, os mais novos tomam contacto com o mundo e com as múltiplas leituras desse mundo que esta forma de arte lhes oferece. Deste modo, as questões políticas não ficam arredadas destas circunstâncias. Muito pelo contrário, inúmeros autores e diversos ilustradores têm encontrado nesta matriz literária campo e espaço para, mesmo em tempos adversos como as épocas onde vigoram os regimes de censura, darem voz a valores

extremamente caros às sociedades ocidentais – a democracia, a liberdade, a igualdade, a solidariedade. Iludindo os lápis dos censores, várias foram as obras que levaram estes valores aos mais novos, ao longo dos tempos, utilizando metáforas, recorrendo à ironia e ao humor, socorrendo-se do *non-sense*. Esta é uma velha tradição na literatura para a infância portuguesa que vê, ainda em pleno século XXI, reeditadas com fulgor obras escritas antes da Revolução de 25 de abril de 1974 que se debruçam sobre as questões políticas.

Com este breve estudo, pretendemos mostrar como esta temática é uma constante na literatura para a infância em Portugal. Tomámos como caso paradigmático duas obras, escritas em épocas diferentes, de autores de diversas gerações e com percursos de vida decerto bem distintos – por um lado, a dupla António Torrado e Maria Alberta Menéres; por outro João Gomes de Abreu.

O fascínio de escrever textos para a infância, que poderão ou não obedecer a um protocolo literário, e de aproximar aos mais novos as questões políticas é evidenciado naquilo que apelidaríamos de obras improváveis: *O meu livro de política*, assinado pelo antigo Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio. Pelo caminho ficam outras obras com os mesmos propósitos, as mesmas preocupações, as mesmas necessidades de cidadania, das quais salientamos *A crise explicada às crianças*, de João Miguel Tavares, com ilustrações de Nuno Saraiva, editada pel' A Esfera dos Livros, vinda a lume num dos mais difíceis períodos para a sociedade portuguesa – o ano de 2012, com o país intervencionado por instituições financeiras estrangeiras.

Esta aproximação à política pela via do diálogo com e a partir dos textos, pode constituir-se como um apelo à responsabilidade, à possibilidade do acesso de todos à participação cívica, à humanização das sociedades. Recordando as palavras de Steiner (2002) – “National Socialism, Fascism, Stalinism [...] spring from within the context, the locale, the administrative-social instruments of the high places of civilization, of education, of scientific progress and humanizing deployment”(p.3) -, há um trabalho de consciencialização que nunca podemos considerar como acabado ou cujos resultados possamos considerar como garantidos.

Referências Bibliográficas

- Abreu, J. G. & Kono, Y. (2012). *A ilha*. Carcavelos: Planeta Tangerina.
- Apple, M. (1999). *Políticas Culturais e Educação*. Porto: Porto Editora.
- Azevedo, F. (2011) *Poder, Desejo, Utopia. Estudos em Literatura Infantil e Juvenil*. Braga: CIFPEC/Universidade do Minho.
- Bernstein, B. (2000). *Pedagogy, Symbolic Control and Identity. Theory, Research, Critique*. Lanham MD: Rowman & Littlefield Publishers.
- Bourdieu, P. (1993). *The Field of Cultural Production*. New York: Columbia University Press.
- Brand, P. (2014). *La science politique*. 11^{ème} ed. Paris: Presses Universitaires de France.
- Collins, R. & Apple, M. (2010). New Literacies and New Rebellions in the Global Age. In M. Apple (Ed.) *Global Crises, Social Justice, and Education* (pp. 25-60). New York, NY: Routledge.
- Hollindale, P. (1988, Janeiro). Ideology and the Children's Book, *Signal*, 55, 11-30.
- Nay, O. (2014) *Lexique de science politique. Vie et institutions politiques*. 3^{ème} ed. Toulouse: Éditions Dalloz.
- Patrício, M. (1996). Formation des enseignants et éducation axiologique. In M. Valente (ed.). *Teacher Training and Values Education: Selected Papers from the 18th Annual Conference of the Association for Teacher Education in Europe* (pp. 103-120). Lisboa: DEFCUL/ATEE.
- Platão (1987). *A República*. 5^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sampaio, J. & Albuquerque, T. (2009) *O meu livro de política*. Alfragide: Texto Editora.
- Saramago, J. (2004) *Ensaio sobre a lucidez*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Steiner, G. (2002) *Grammars of Creation*. Cambridge: Faber and Faber.
- Steiner, G. & Antunes, A. L. (2011, Novembro) O dia do encontro. Cambridge, 09 Outubro. *Ler. Livros & Leitores*, 107(2), 34-52.
- Torrado, A. & Menéres, M. A. (2009) História do Reino Pintalgado. In A. Torrado & M. A. Menéres. *Histórias em Ponto de Contar* (pp. 15-27). 2.^a ed. Lisboa: Assírio e Alvim.

